

Violência doméstica contra mulheres: Da realidade silenciada à costura da rede.

Juliana Lemes da Cruz.

Cita:

Juliana Lemes da Cruz (2019). *Violência doméstica contra mulheres: Da realidade silenciada à costura da rede*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1126>



Violência doméstica contra mulheres: Da realidade silenciada à costura da rede

Juliana Lemes da Cruz¹

Resumo

O presente artigo buscou evidenciar o trabalho coletivo desenvolvido por atores da rede de enfrentamento à violência doméstica contra mulheres no município de Teófilo Otoni e território do Vale do Mucuri. Para tanto, foram exploradas fontes que apontam o histórico de subordinação da mulher na sociedade e a violência doméstica contra mulheres, sob a égide das relações simbólicas de poder, que se manifestam, nesse contexto, de forma silenciosa. Recente diagnóstico sobre violência doméstica contra mulheres no Estado de Minas Gerais apontou índices elevados de registros de casos relacionados, em municípios do território. Nessa direção, foram caracterizadas as atividades desenvolvidas no âmbito do município pela equipe da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica da Polícia Militar, aliada ao Grupo de Mulheres Organizadas do Mucuri, que abarca inúmeras instituições públicas e privadas, movimentos populares, associações e sociedade civil. Os esforços coletivos seguem no sentido da articulação da rede e empoderamento das mulheres, a partir da compreensão de que as lacunas existentes no que se refere aos poucos recursos estruturais e limitações da capacidade técnica das equipes acolhedoras, são condicionantes no processo de melhoria da prestação de serviços às mulheres em situação de violência.

Palavras chave

Violência doméstica, Mulher, Polícia Militar; Empoderamento

Abstract

The present article sought to highlight the collective work developed by actors of the network to combat domestic violence against women in the municipality of Teófilo Otoni and the territory of the Mucuri Valley. To this end, sources have been explored that point to the history of subordination of women in society and domestic violence against women, under the aegis of symbolic relations of power, which manifest in this context, in a silent way. A recent diagnosis of domestic violence against women in the state of Minas Gerais showed high rates of related case records in municipalities in the territory. In this direction, the activities developed within the municipality were characterized by the Patrol of Prevention of Domestic Violence of the Military Police, allied to the Group of Organized



Women of Mucuri, which includes numerous public and private institutions, popular movements, associations and civil society. Collective efforts are geared towards networking and empowering women, based on the understanding that the existing gaps in terms of the limited structural resources and limitations of the technical capacity of the welcoming teams are factors in the process of improving the provision of services. services to women in situations of violence.

Keywords

Domestic violence, Woman, Military Police; Empowerment

Introdução

A problemática da violência doméstica contra mulheres encontra-se no rol das questões sociais de raízes mais antigas do mundo. Nas últimas décadas, em todos os contextos, tem sido um dos fenômenos mais denunciados e de maior visibilidade na sociedade. Destaca-se que o entendimento histórico acerca da subordinação da mulher na sociedade, aponta ser este um dos fenômenos que contribuem para percebermos a existência de diversos comportamentos violentos nas relações sociais, afetivas e familiares.

Nessa direção, as contribuições teóricas acerca das relações de poder, dos simbolismos dos aspectos da vida social e breve caracterização da violência simbólica, traz à reflexão a relevância do estudo sobre as manifestações silenciosas dessa violência e como ela mantém o poder dominante nas relações. Sob esta perspectiva, o protagonismo do movimento feminista e de mulheres, estabeleceu um divisor de posturas sociais quando foi o diferencial no processo de construção da Lei Maria da Penha (Lei nº11.340), apontando a violência doméstica contra mulheres como questão complexa e que demanda abordagem integral.

O contexto explorado nessa oportunidade remete a uma típica região interiorana de Minas Gerais, envolto por histórias de lutas e resistências, protagonizadas por indígenas e coronéis. O município de Teófilo Otoni está localizado no Vale do Mucuri, mas é considerado o centro macro regional do nordeste mineiro, que abarca também o baixo e médio Vale do Jequitinhonha. Nesses territórios atuam órgãos de segurança pública componentes da 15ª Região Integrada de Segurança Pública, a RISP, que contabiliza os índices de crimes registrados em todos os 62 municípios abrangidos, inclusive aqueles específicos, relacionados à violência doméstica contra mulheres. Sob tal



cenário, buscamos traçar a disponibilidade, nessas regiões, de policiais, pois são eles, no momento crítico, quem dão encaminhamento às demandas dessa modalidade criminosa, na direção do previsto na Lei Maria da Penha. Ressalta-se que alguns municípios ostentam índices de VDM superiores à média estadual, o que instiga a investigação sobre os serviços disponíveis de acolhimento e acompanhamento de mulheres em situação de violência. Ademais, foi exposta a dinâmica de atuação da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD da Polícia Militar, que atua no município de Teófilo Otoni, mas que apoia os trabalhos e iniciativas em outros municípios da região, buscando fomentar ações preventivas de cunho intersetorial, interinstitucional e interdisciplinar. Em parceria com a PPVD, que também surge como componente, está o Grupo de Mulheres Organizadas do Mucuri, que abarca instituições públicas e privadas, associações, movimentos populares e sociedade civil, promovendo a “costura da rede”. Tal expressão simboliza o esforço à articulação dos atores envolvidos no processo de difusão de (in)formação, planejamento de atividades e capacitações que busquem nortear para o empoderamento de mulheres e agentes acolhedores. Por fim, estabelecer a descrição e contextualização da experiência de construção da rede de enfrentamento à violência doméstica contra mulheres, oferecendo ponderações que provoquem reflexões acerca da temática, impulsionadas também pelo projeto: “A realidade que a gente quer não tem violência contra a mulher”, apoiado pela proposta da Associação Feminina de Assistência Social e Cultura – AFAS, de inovar em promover a valorização e incentivo aos policiais e/ou bombeiros militares que buscam contribuir com suas comunidades através de projetos sociais.

Apontamentos históricos sobre a subordinação e violência doméstica contra a mulher na sociedade

A influência exercida pelas mulheres na criação dos filhos e o desempenho das funções a elas atribuídas nos grupos, trouxe de forma quase espontânea o matriarcado, como consequência da vida nômade dos povos. Enquanto o homem saía para caçar, às mulheres eram atribuídas as atividades de cuidado com os filhos, cultivo das plantações e proteção do bando. Nesta época, a mulher não era vista como ornamento ou objeto de beleza e de desejo sexual, mas como um “robusto animal” capaz de desempenhar trabalhos pesados durante horas e lutar até a morte em defesa do clã.

[...] na sociedade matrilinear a mulher desempenhava a maior parte das funções paternas. Sendo assim, ela não pertencia ao marido, mas ao clã. Ela manobrava o bastão de cavar ou a enxada e cuidava dos jardins. Foi ela quem fabricou os primeiros



recipientes tecendo cestas e dando forma aos primeiros vasos de barro. Criou, ainda, a aldeia e o ninho coletivo, para o cuidado e a nutrição dos filhos. Seu lugar predominou até a invenção do arado, quando o homem passou a dominar as atividades produtivas, disseminando a propriedade privada da terra e dos rebanhos².

Almeida³ e Saffioti³ observam que, apesar de não haver comprovação histórica desta forma de organização familiar, existem “evidências de natureza arqueológica” de uma organização de gênero distinta, que se difere da organização onde há a dominação do masculino.

As mudanças ocorridas no modo de reprodução da vida material dão-se de forma contínua e, no decurso da história, surge no cenário desta reprodução a propriedade privada⁴, mudando a forma primitiva como as famílias se organizavam e complexificando as relações familiares. A mulher passou a fazer parte dos bens possuídos pelo marido e este, por sua vez, exigia fidelidade, pois a desconfiança quanto à legitimidade dos filhos era um dissabor que atormentava os proprietários de terras e de rebanhos que necessitavam que seus herdeiros legítimos os sucedessem na propriedade dos bens materiais. A organização matrilinear deu lugar, assim, à família patrilinear.

Na família patriarcal, fundada sob a autoridade absoluta do patriarca ou chefe de família³, a figura do homem representava poder e a este eram concedidos todos os tipos de permissões, em nome de uma masculinidade hegemônica que impunha opressão e colocava o homem no topo hierárquico da estrutura de poder das relações sociais. A ele era permitido todo o tipo de “promiscuidade⁵”, enquanto suas esposas deveriam ficar em casa sob vigia constante, a fim de que não cometessem qualquer deslize que manchasse a reputação da família. Entre os senhores feudais, que possuíam grande influência econômica e política, Saffioti⁶ cita o hábito que estes tinham de “deflorar” as futuras esposas de seus servos, exemplificando assim o caráter de dominação e soberania da figura masculina nas classes abastadas. No sistema escravocrata, os senhores de escravo não agiam de forma diferente. Eles mantinham casos extraconjugais e as escravas, além de servi-los nos afazeres domésticos e outros trabalhos braçais, prestavam-lhes favores sexuais.

Assim, a relação de poder e a segregação feminina se determinam constantemente junto à necessidade de subjugar o feminino para a perpetuação do pleno exercício da masculinidade, não somente no que se refere às relações sexuais, mas toda forma de relacionamento e na dinâmica da construção das relações sociais que se baseiam no



gênero. Esse tipo de conduta se perpetua ao longo da história, mudando apenas o contexto e prevalecendo o caráter de dominação da mulher pelo homem, chegando ao que encontramos hoje: uma sociedade que é reflexo do próprio processo de construção histórico-social, com resquícios de formas de dominação que remetem à antiguidade e reproduzem na dinâmica das relações modernas, conceitos já ultrapassados, mas que contribuem para a perpetuação dos valores de uma cultura que é transmitida de pai para filho como sendo um processo estabelecido pela natureza e não como resultado histórico da construção das relações sociais.

O contexto da experiência e a atuação da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica - PPVD

Trata-se de região historicamente marcada pelo coronelismo, com forte influência do patriarcado. Tais bases se somam às lacunas existentes quanto às políticas públicas voltadas para as mulheres, campo em que são encontradas inúmeras dificuldades. Dentre elas, a violência doméstica e familiar contra as mulheres, que não raro, sofrem sozinhas, na cidade ou em lugarejos distantes, e sem perspectiva de mudança. Teófilo Otoni está localizado no Vale do Mucuri, distante 450km da capital do Estado, sob área territorial de 3.242.270 km². A população estimada em 2015 era de 134.745 hab. O município é considerado centro-macro-regional do nordeste mineiro, possui Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,701 e apresenta tímidas expressões culturais, embora haja comunidades tradicionais. O bioma é mata atlântica, visivelmente degradado⁷.

A PPVD faz parte do Portfólio de serviços da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, sob a instrução nº 3.03.15/2015 do Comando Geral PM⁸. Em âmbito estadual foi implementada no ano de 2010 na capital mineira. Em Teófilo Otoni, município sede do 19º Batalhão de Polícia Militar e da 15ª Região de Polícia Militar, as atividades iniciaram-se no ano de 2013. Atualmente, o serviço da PPVD é ofertado em doze regiões das dezenove regiões de Polícia Militar, compreendendo 23 municípios, geralmente de médio e grande porte. O objetivo da patrulha é realizar a segunda resposta aos atendimentos de ocorrência ordinários, ou seja, a equipe, por vezes, multidisciplinar, montada pelos comandos de área priorizando profissionais formados em diversas áreas do saber, realiza o acompanhamento dos casos de violência doméstica identificados por meio dos registros dos boletins de ocorrência policiais. Nas oportunidades, realizam intervenção direta na realidade apresentada, seguido de encaminhamento da vítima e, em alguns casos, do(a) autor(a), para a equipe de um dos parceiros da rede de



enfrentamento à violência doméstica.

Em conjunto com outras iniciativas, a proposta dessa modalidade de policiamento é promover a segurança pública, através da prevenção da violência doméstica e familiar contra as mulheres no Estado de Minas Gerais, de acordo com legislação específica. Dentre as atividades desenvolvidas, a equipe protagonizou, através dos dados referentes à realidade local, a elaboração do projeto intitulado “A realidade que a gente quer não tem violência contra a mulher”, aprovado junto à Associação Feminina de Assistência Social e Cultura – AFAS⁹. Junto de colaboradores e parceiros na causa, fez parte do planejamento e execução do 1º Encontro de Mulheres do Mucuri, evento que contou com a participação de líderes regionais e mulheres de todas as classes sociais. Ademais, ressalta-se a contribuição para apontamento e realização de audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para discussão da condição da mulher nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, além de promover a facilitação de procedimentos junto ao Ministério Público, por meio de espaços de diálogo, agilizando o acesso da equipe às medidas protetivas de urgência, possibilitando assim, a otimização do serviço através da resolução dos casos graves em tempo reduzido.

A PPVD atendeu, apenas em Teófilo Otoni, entre os anos de 2013 e 2016, cerca de 1.400 casos, dentre atendimentos a mulheres vítimas com registro de situações reincidentes e de casos com primeiro registro. Abaixo, encontra-se o quantitativo de registros de ocorrências de VD, considerando toda a Região Integrada de Segurança Pública, que possui 62 municípios, onde visualizaremos quais são eles, à frente.

Região Integrada de Segurança Pública	Violência	2014		2015		2016	
		1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
15ª RISP Teófilo Otoni	Física	1456	1383	1288	1396	1477	1345
	Psicológica	1227	1238	1234	1301	1234	1251
	Patrimonial	195	192	214	176	213	189
	Moral	82	66	86	63	87	77
	Sexual	40	42	42	49	56	46
	Outras	18	18	13	9	15	27
	Total	3018	2939	2877	2994	3082	2935

Registros de violência doméstica e familiar contra a mulher por tipo e semestre 10

Os dados apontam incidência mais expressiva dos registros de violência física e psicológica. A primeira, via de regra, é decorrente da segunda. Sendo assim, relevante



pontuar que os dados expressos foram identificados através dos registros feitos em unidades policiais. Conforme Saffioti⁴, “Partindo da premissa, verdadeira em qualquer parte do mundo em maior ou menor grau, de que uma pequena fração da violência cometida por homens contra mulheres chega as autoridades policiais, esta cifra é extraordinariamente alta”. Isso indica que a demanda real dessas violências pode ser significativamente superior aos números relacionados acima.

Durante os acompanhamentos dos casos pela PPVD, são realizadas intervenções diretas na realidade das famílias envolvidas. No município de Teófilo Otoni, são registrados, diariamente, média de 4 ocorrências/registros, caracterizados como "violência doméstica contra a mulher". Por tal motivo, existem cerca de 140 mulheres em situação de violência doméstica cadastradas no serviço, dado que necessita ser atualizado periodicamente, a medida que surgem outras mulheres que necessitam de acolhimento e apoio de algum modo. São realizados encaminhamentos das mulheres, filhos e por vezes, companheiros, aos atendimentos dos parceiros da rede, que avaliam o caso e oferecem direcionamento necessário. O trabalho da PPVD é desenvolvido por dois componentes – feminino e masculino – que realizam deslocamentos com viatura caracterizada até as mulheres, seja em suas residências ou locais por elas indicados. Para as atividades de difusão da informação, contam com equipamentos como notebook, projetor multimídia, caixa de som, microfone e câmera fotográfica, que são utilizados por meio de parceria com o projeto aprovado junto à AFAS. O espaço físico para reuniões é adequado, localizado em sala específica do 19ºBPM ou conforme acordos firmados com parceiros locais.

Os esforços são no sentido de mobilizar setores públicos para o trabalho em rede, minimizando o sofrimento das mulheres ao procurar ajuda e encorajando outras, a buscar seus direitos. O intuito é descortinar paradigmas, demonstrando que o trabalho conjunto pode ser desenvolvido e as iniciativas dos agentes da segurança pública podem sair do papel, alcançando uma demanda social tão preocupante que merece o oferecimento de respostas urgentes. Ademais, a equipe foi reconhecida, na modalidade mediação de conflitos coletivos - prevenção, com o Prêmio Mineiro de Direitos Humanos 2016, concedido pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação social e Cidadania – SEDPAC/MG¹¹.

Embora não dê conta de prestar atendimento às vítimas de cidades circunvizinhas, pela considerável demanda apresentada no município de Teófilo Otoni, a PPVD representa importante componente no cenário regional. O referido município é referência na região



em universidades e centros de capacitação profissional, fator que contribui para a multiplicação das informações referentes à temática abordada e ampla divulgação dos serviços disponibilizados pela “rede de enfrentamento à violência doméstica”, em âmbito local e regional. Alguns municípios situados na área de abrangência da 15ª RISP, obtiveram destaque, por ostentarem médias anuais de registros de crimes relacionados à violência doméstica contra mulheres, acima da média estadual, durante três anos consecutivos²⁵. Os municípios dos territórios do Vale do Mucuri identificados por apresentarem índices elevados, proporcionalmente a taxa populacional, com exceção de Campanário, dispõem de Delegacia de Polícia Civil que funcionam no horário de expediente durante os dias úteis da semana. Nos casos de Teófilo Otoni e Nanuque, também contam com Delegacias Regionais em regime de plantão noturno. Ao passo que no Baixo e Médio Jequitinhonha, onde concentram-se mais da metade dos municípios da RISP, houve evidência de apenas três municípios. Destes, apenas Rubim, não dispõe de Delegacia de Polícia Civil no seu território.

Território	Municípios abrangidos	Instalados			
		Delegacia Esp. Atendimento à Mulher DEAM	Delegacia de Polícia Civil (horário de expediente)	Delegacia de Polícia Civil (Regional –noturno)	Patrulha Prevenção Violência Doméstica PPVD
Baixo Vale do Jequitinhonha (16 municípios)	Felisburgo, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Santo Antônio do Jacinto, Almenara, Bandeira, Divisópolis, Jacinto, Jequitinhonha, Salto da Divisa e Santa M ^a do Salto.	Não há	Almenara; Jacinto; Jequitinhonha	Almenara	Não há
Médio Vale do Jequitinhonha (19 municípios)	Angelândia, Cachoeira de Pajeú, Chapada do Norte, Comercinho, Francisco Badaró, Medina, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Águas Vermelhas, Araçuaí, Berilo, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Pedra Azul e Virgem da Lapa.	Não há	Araçuaí; Itaobim; Novo Cruzeiro; Padre Paraíso; Pedra Azul	Pedra Azul	Não há



Vale do Mucuri (27 municípios)	Ataléia, Bertópolis, Campanário, Carai, Catuji, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Ladainha, Ouro Verde de Minas, Pescador, St ^a Helena de Minas, Setubinha, Águas Formosas, Carlos Chagas, Crisólita, Franciscópolis, Machacalis, Malacacheta, Nanuque, Novo Oriente de Minas, Pavão, Poté, Serra dos Aimorés, Umburatiba e Teófilo Otoni.	Teófilo Otoni	Águas Formosas; Carlos Chagas; Itambacuri; Ladainha; Malacacheta; Nanuque; Poté; Teófilo Otoni	Nanuque; Teófilo Otoni	Teófilo Otoni
--------------------------------	---	---------------	--	------------------------	---------------

Disponibilidade de serviços policiais para atendimento às mulheres¹²

Os apontamentos acima refletem a dimensão da lacuna que separa os serviços da rede, da usuária dos mesmos. Dentre as dificuldades do efetivo funcionamento do fluxo de atendimento, há limitações que permeiam deficiências dos recursos humano, material e estrutural.

A equipe da PPVD da Polícia Militar de Teófilo Otoni é a única da região, dentre mais 61 municípios, e uma das únicas do Estado de Minas Gerais que ainda resiste ativa. Tendo em vista que houve redução de efetivo policial militar nos últimos anos, o fato da PPVD permanecer em atividade caracteriza-se, perante o cenário estadual, um símbolo de resistência e um grande desafio aos gestores. Por conta das dificuldades em manter o serviço que atende tantas mulheres em situação de violência doméstica é que foram pensadas algumas estratégias para fortalecimento deste mecanismo de garantia dos direitos humanos das mulheres. Foram mobilizados setores públicos da sociedade para que possam trabalhar em rede.

Os impactos sociais do trabalho desenvolvido pela PPVD da Polícia Militar trouxe uma conotação diferente à referência de segurança pública, que por esta ótica, segue alinhada à perspectiva da promoção dos direitos humanos das mulheres, bem como, de toda sua família, ao passo que propõe o auxílio à quebra do ciclo da violência por meio da qualificação das iniciativas preventivas.

A Patrulha compõe a rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, realiza cadastro e acompanhamento dos casos graves, e encaminhamento das mulheres em situação de violência, bem como suas famílias, ao apoio dos parceiros da rede. Para qualificar o serviço, a equipe busca trazer à visibilidade a referida temática, participando de encontros de mulheres, entrevistas na mídia e exposições em escolas



e eventos para que mais mulheres busquem informações e empoderem-se. Os atendimentos da PPVD são em 2ª resposta ao registro de ocorrência, ou seja, o serviço é orientado para o acompanhamento de mulheres em situação de violência doméstica identificadas à partir do atendimento em 1ª resposta feito pelas equipes de atendimento de emergência PM.

Em termos de políticas públicas, considera-se de fundamental importância que haja um comprometimento do Poder Público no sentido de designar e capacitar os profissionais que trabalharão no registro e atendimento desta modalidade especial de expressão da violência. Considerando que o atendimento é especializado, todos os profissionais deveriam ser especialistas, e passar por um processo de treinamento que os condicionassem a assumir a incumbência de não só atender, mas entender as determinações histórico-sociais que levaram aquele fato a ser identificado como “especial”, diferente dos demais.

Costura da rede: desdobramentos das iniciativas coletivas

O Grupo de Mulheres Organizadas do Mucuri - GMOM foi criado em meados de 2016, tomando forma e adesão junto aos inúmeros parceiros, que unidos, buscam fazer frente às demandas das mulheres da região do Vale do Mucuri. A articulação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, instituições colaboradoras e sociedade civil, representa o esforço de pessoas que comungam da ideia de que é necessário incentivar o movimento dos processos no sentido de minimizar os efeitos das lacunas existentes na sociedade no que tange à política pública voltada para a mulher.

Muitas mulheres vivenciam as expressões da violência sozinhas, caladas e no anonimato. Deixam de procurar ajuda, não registram a denúncia no órgão policial, ou, acabam desistindo de iniciar ou mesmo, de dar continuidade ao processo. Algumas mulheres, sob este perfil, tornam-se, posteriormente, componentes da estatística referente ao crime de homicídio tentado ou consumado²⁵. Acrescido à preocupante realidade referente a esta demanda reprimida, temos outros obstáculos a serem superados. Dentre os principais desafios percebidos no cotidiano das mulheres do território, ressalta-se a falta de diálogo entre movimentos populares, setores públicos e sociedade civil. Esta condição limita a busca pela defesa dos direitos das mulheres, o enfrentamento da violência doméstica, a formação/capacitação de profissionais, e a realização dos espaços de debates e (in)formação para mulheres do Vale do Mucuri.¹³ Por tal motivo, e para fazer frente e servir de apoio à PPVD é que foi idealizado e implementado o projeto: “A realidade que a gente quer não tem violência contra a



mulher”, que teve o apoio da Associação Feminina de Assistência Social e Cultura – AFAS, com sede na capital mineira. A referida associação buscou identificar e valorizar militares, do Corpo de Bombeiros ou da Polícia Militares de todo Estado de Minas, que realizam, voluntariamente, projetos sociais junto às suas comunidades.

A AFAS, percebendo a mudança do perfil dos militares e compreendendo sua nobre missão em relação à assistência social, vislumbrou a possibilidade de descortinar a imagem institucional dessas corporações em sua atuação diferenciada junto à população mineira. O profissional de segurança pública contemporâneo, seja bombeiro ou policial, é um agente promotor de cidadania e de direitos humanos que, apesar da rigidez da legislação, convive em uma sociedade mutável que espera dele uma mudança na perspectiva do trabalho militar²⁴.

Esta iniciativa propôs aliar atividades de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como, promover o acolhimento, informação e a promoção de espaços de diálogo com as mulheres em situação de violência doméstica identificadas pela equipe PPVD. Para além disso, paulatinamente, de forma coletiva, a rede foi mapeada e tomou forma.

Nesse sentido, os esforços do projeto apoiado pela AFAS foram voltados para a formulação de atividades que pudessem comungar e abranger as aspirações coletivas em âmbito local e regional quanto a capacitações, oficinas, rodas de conversa e aproximação com mulheres em situação de violência. Pensando no alcance desses objetivos, a equipe tem realizado encontros com mulheres, visando o fortalecimento de agentes da sociedade civil que se voluntariaram a apoiar a causa, unindo forças para o trabalho conjunto no sentido da promoção do empoderamento das mulheres em situação de violência doméstica e familiar e do protagonismo feminino.

Considerações finais

Diante dos dados apresentados, embora não enfatizados como determinantes neste estudo, é possível reconhecer que, embora o contexto regional ofereça condições reduzidas de possibilidade de mudança de realidade, há iniciativas que visam transformar esse cenário. No entanto, relevante difundir tal mobilização de modo que alcance os municípios de menor porte da região, as instituições e serviços disponíveis e, principalmente, a sociedade civil desses lugares.

A violência doméstica contra mulheres, conforme vimos, abrange todas as classes sociais mundo à fora, a mulher rural e urbana. Por esse viés, sabendo que, na maioria dos municípios dos Vales do Mucuri, baixo e médio Jequitinhonha, os setores públicos,



por si só, não dispõem de subsídios capazes de oferecer às mulheres e/ou agentes acolhedores, formas de romper com o ciclo da violência de forma digna, não é possível omitir-se diante do cenário apresentado. A deficiência estrutural das instituições, aliada à incapacidade técnica de gestores e agentes acolhedores limita a realização das iniciativas que busquem a emancipação e a garantia dos direitos humanos das mulheres. De um lado, a dinâmica das relações de poder regionais que elucida o ranço coronelista dominador impregnado nas formas de fazer, de tratar e de enxergar o fenômeno. Por outro, inerte, uma população feminina obediente, temerosa e silenciada. Embora os movimentos populares tenham avançado bastante e conseguido apoio de parceiros importantes no cenário regional, a questão ainda precisa ser tratada com mais atenção e seriedade por homens e mulheres.

Quando se trata da dimensão das parcerias, em âmbito regional, o município de Teófilo Otoni, por ser um polo de referência, tem assistido através de organizações componentes do GMOM, o esforço coletivo à promoção da noção de responsabilidade compartilhada entre todos os setores. Os compromissos firmados e os desdobramentos das iniciativas conjuntas têm demonstrado o caráter abrangente do grupo, que conseguiu reunir instituições religiosas, de segurança pública, justiça, saúde, educação, assistência social, movimentos sociais e sociedade civil em uma mesma roda de conversa. Um passo importante, especialmente quando se trata de territórios marcados pela violência em suas múltiplas facetas.

Agradecimento

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Notas

¹Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Bolsista Capes. Policial Militar de Minas Gerais, membro da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica do 19º Batalhão – 15ª Região – Teófilo Otoni-MG. julianalemes@id.uff.br

²Almeida. Suely Souza de. Violência doméstica de Gênero e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 262p.



³Safiotti, Heleieth I. B. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁴“Em Locke, mais do que em qualquer outro, a propriedade tem o condão de individualizar, separar do comum. [...] Sem exagero podemos dizer que toda sua análise política se funda nas relações estabelecidas pela propriedade privada.”. Silva, Ramon Mapa da & Lamas, Fernando Gaudereto. *A propriedade Privada e a Questão da Emancipação Humana: aspectos históricos e jurídicos*. Disponível em: <www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/39T.pdf>. Acesso em: 22/02/2014 às 21:00h.

⁵Há que se ressaltar o teor moralista na utilização do termo promiscuidade. Para Barroco “O senso moral ou moralidade é uma medida para julgar se os indivíduos estão socializados, ou seja, se são responsáveis por seus atos e comportam-se de acordo com as normas e os valores socialmente determinados. Por isso, a moral tem uma função integradora; estabelece uma mediação de valor entre o indivíduo e a sociedade; entre ele e os outros, entre sua consciência e sua prática” . Para melhor detalhamento sobre moral e moralidade, consultar Barroco. Barroco, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos*. – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2007BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

⁶Saffiotti, Heleieth I. B. *O Poder do Macho*. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1987.

⁷Minas Gerais. Territórios da cidadania – disponível em: <https://bit.ly/2ZQsUZI> Acesso em 11/09/2017.

⁸MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. Instrução nº3.03.15/2015-CG: Regula a atuação Policial Militar na prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: PMMG - Comando-Geral, 2015.

⁹AFAS. Edital “Militar que eu quero ser - 2016”. Disponível em: www.afas.org.br Acesso em 21/08/2017.

¹⁰Minas Gerais. Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais. CINDS.2017.

¹¹Minas Gerais. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. SEDPAC. Resultado Prêmio Mineiro de Direitos Humanos. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2FUyY0I> Acesso em 10/09/2017.

¹²Cruz, Juliana Lemes da. Santos, Joseli Lima. *Elaboração própria*. 2017



¹³Cruz, Juliana Lemes da. Santos, Joseli Lima. Registros de reunião do GMOM e 1º Encontro de Mulheres de organização coletiva. 2016.

Referências

AFAS. Edital “Militar que eu quero ser – 2016”. Disponível em: www.afas.org.br. Acesso em 21/08/2017.

Almeida. Suely Souza de. Violência doméstica de Gênero e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 262P.

Barroco, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos. – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2007
Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

Bourdieu, Pierre. O poder simbólico. / Fernando Thomaz (Tradutor). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. - Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

Brasil. Código Civil. Disponível em: <<https://bit.ly/3hMayyz>>. Acesso em: 23/02/2014 às 13:06h.

Brasil. Lei 11340, de 7 de agosto de 2006. Brasília, 2006.

Carvalho, José Raimundo; Oliveira, Victor Hugo de. Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Instituto Maria da Penha, 2016.

Cruz, Juliana Lemes da. Santos, Joseli Lima. Elaboração própria. 2017.

Cruz, Juliana Lemes da. Santos, Joseli Lima. Registros de reunião do GMOM e 1º Encontro de Mulheres de organização coletiva. 2016.

Fonseca, Denire H. Ribeiro, Cristiane G. Leal, Noêmia S.B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. In: Revista Psicologia & sociedade. 2012, 307-317.

Fontana, Mônica. Santos, Simone Ferreira dos. Dossiê Violência Doméstica Contra a Mulher. Fundação Ford Pernambuco: [s.n], 2001.

Foucault, Michel. Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado - Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979.

Ianni, Octavio. Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.



Minas Gerais Territórios da cidadania –disponível em: <https://bit.ly/2FKf3N5> Acesso em 11/09/2017

Minas Gerais. Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais. CINDS.2017.

Minas Gerais. Polícia Militar. Comando-Geral. Instrução nº3.03.15/2015-CG: Regula a atuação Policial Militar na prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: PMMG -Comando- Geral, 2015.

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. SEDPAC. Resultado Prêmio Mineiro de Direitos Humanos. 2016.

Disponível em: <https://bit.ly/3ku2NPC>. Acesso em 10/09/2017. PINHEIRO, Luana et al. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. - 3.ed. [S.l.]: [s.n.], 2008.

Saffioti, Heleieth I. B. O Poder do Macho. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1987. Saffioti, Heleieth I. B. Violência de gênero: poder e impotência. 1. Ed. Rio de Janeiro. Revinter. 1995.

Saffioti, Heleieth I. B. Gênero, Patriarcado e Violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Silva, Ramon Mapa da & Lamas, Fernando Gaudereto. A propriedade Privada e a Questão da Emancipação Humana: aspectos históricos e jurídicos. Disponível em: <www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/39T.pdf>. Acesso em: 22/02/2014 às 21:00h.

Waiselfisz, Julio Jacobo. Mapa da Violência doméstica 2010. Anatomia dos Homicídios no Brasil. Instituto Sangari São Paulo, 2010.